



EDITAL DE DISPENSA Nº 002/2024
Processo Administrativo nº 004/2024

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S):

Câmara Municipal de Contendas do Sincorá

I - PROCESSO ADMINISTRATIVO:

004/2024

II – DATA INÍCIO DA RECEPÇÃO DAS PROPOSTAS:

12/11/2024 – 08h00min (horário de Brasília), no e-mail **cmcontendas@hotmail.com**

III – DATA LIMITE PARA O ENVIO DE PROPOSTAS:

14/11/2024 – 16h00min (horário de Brasília), no e-mail **cmcontendas@hotmail.com**

IV – LOCAL:

Câmara Municipal de Contendas do Sincorá - Bahia

V – OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente dispensa de licitação, a contratação de empresa do ramo para a futura aquisição de móveis de escritório, destinados à nova Sede da Câmara Municipal de Contendas do Sincorá, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.

VI – BASE LEGAL:

Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações e o Decreto Legislativo nº 002/2023 de 28 de dezembro de 2023.

VII – PRAZOS:

Disponibilização do objeto: O fornecimento do objeto deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da solicitação pela Câmara.

Vigência do contrato: 31 de dezembro de 2024.

VIII - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega da nota fiscal/fatura, certidões negativas e respectiva conferência pelo funcionário habilitado.

IX – ANEXOS:

ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO;



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá –
Ba



ANEXO 03 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;

ANEXO 04 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;

ANEXO 05 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;

ANEXO 06 - DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;

ANEXO 07 - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;

ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;

ANEXO 09 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE;

ANEXO 10 - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;

ANEXO 11 - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA;

ANEXO 12 - MINUTA DE CONTRATO.



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO**

Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá – Ba



EDITAL - CONTRATAÇÃO DIRETA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2024 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 004/2024

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ-BAHIA, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará contratação direta em razão do valor, com fulcro no Art. 75, II, Lei Federal nº 14.133/21 e que no período de **08:00h do dia 12/11/2024 até às 16h do dia 14/11/2024**, receberá propostas de preços juntamente com documentos de habilitação, através do e-mail cmcontendas@hotmail.com ou mediante entrega de documentos na Sede do Poder Legislativo Municipal.

As propostas serão julgadas pelo “menor preço” **GLOBAL**, de acordo com as normas pertinentes à Lei Federal nº 14.133/21, consoante condições estabelecidas neste Edital, e em conformidade com a solicitação do Setor Demandante.

Horário da abertura do recebimento das propostas: **08h (horário de Brasília) do dia 12 / 11 / 2024**

Horário de encerramento de recebimento das propostas: **16h do dia 14 / 11 / 2024.**

Referência de Tempo: **Horário oficial de Brasília (DF).**

Endereço eletrônico para formalização de consulta e envio das propostas e documentos de habilitação: **cmcontendas@hotmail.com**

Responsável pela contratação: **Câmara Municipal de Contendas do Sincorá - Bahia**

1 OBJETO

Constitui objeto da presente dispensa de licitação, a contratação de empresa do ramo, para a futura aquisição de móveis de escritório que serão destinados à nova Sede da Câmara Municipal de Contendas do Sincorá, cujas especificações estão descritas no Anexo I – Termo de Referência.

1.1 A licitação está composta de **LOTE ÚNICO**, conforme tabela constante do Termo de Referência

2 DISPOSIÇÕES INICIAIS

2.1 O proponente deverá observar, rigorosamente, as datas e os horários limites para o envio da proposta e da documentação.

2.2 Todas as referências de tempo no Edital e no Aviso de Intenção de Contratação Direta, observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF, e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa à presente dispensa de licitação.

2.3 Formalização de consultas: observado o prazo legal, o proponente poderá formular



consulta através e-mail: cmcontendas@hotmail.com.

2.4 A Dispensa será realizada em sessão pública, por meio dos recursos da tecnologia da informação – internet, utilizando-se, para tanto o e-mail institucional do órgão, garantindo segurança em todas as fases do procedimento.

2.5 Os interessados encaminharão, por meio do e-mail cmcontendas@hotmail.com, ou mediante protocolo no setor de licitação, preferencialmente fazendo referência a DISPENSA, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço e marca, até a data e o horário estabelecidos para o fim do recebimento das propostas, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

3. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

3.1. O certame será conduzido pelo Agente de Contratação, que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- a) acompanhar os trabalhos da equipe de apoio;
- b) responder as questões formuladas pelos fornecedores, relativas ao certame;
- c) abrir as propostas de preços;
- d) analisar a aceitabilidade das propostas;
- e) desclassificar propostas indicando os motivos;
- f) conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- g) verificar a habilitação do proponente classificado em primeiro lugar;
- h) declarar o vencedor;
- i) receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- j) elaborar a ata da sessão;
- k) encaminhar o processo à autoridade superior para homologar e autorizar a contratação;
- l) abrir processo administrativo para apuração de irregularidades visando a aplicação de penalidades previstas na legislação.

4 DA PARTICIPAÇÃO

4.1 Poderão participar desta Dispensa interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta contratação, regularmente estabelecidos no País, que satisfaçam todas as exigências, especificações e normas contidas no Termo de Referência, neste Edital simplificado e seus Anexos.

4.2 Esta dispensa de licitação é destinada à participação de qualquer pessoa jurídica



que atenda asexigências deste edital.

4.3 Será concedido tratamento favorecido para as pessoas jurídicas, enquadradas como microempresas e empresas de pequeno porte, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006.

4.4 Não poderão participar da presente dispensa de licitação:

4.4.1 Pessoas Jurídicas que estejam suspensas e/ou impedidas de licitar/contratar com o Município de Contendas do Sincorá;

4.4.2 Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;

4.4.2.1 Justifica-se a impossibilidade de participação de consórcio na presente dispensa de licitação, haja vista o objeto não envolver questões de alta complexidade ou de relevante vulto, em que empresas, isoladamente, não teriam condições de suprir os requisitos de habilitação do Edital, conforme entendimento do TCU, registrado no Acórdão nº 22/2003, Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler.

4.4.3 Pessoas Jurídicas que estejam declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

4.4.4 A pessoa jurídica proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei nº 8.429/92;

4.4.5 Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;

4.4.6 Empresa cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto desta Dispensa de Licitação;

4.4.7 Empresa que se encontre em regime de falência ou concordata;

4.4.8 Pessoas físicas, as associações civis qualificadas ou não como OS (Organizações Sociais) ou OSCIP (Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), conforme Acórdão do Plenário do Tribunal de Contas da União nº 746/2014, e outras entidades que, em função de sua natureza jurídica, não podem executar o objeto da presente dispensa de licitação;

4.4.9 Empresas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, conforme art. 14, IV da nº 14.133/21.

5 DA PROPOSTA ESCRITA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 O interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por meio do e-mail cmcontendas@hotmail.com ou mediante entrega de envelopes na Sede do Poder Legislativo, proposta com a descrição do objeto ofertado e preço, bem como os documentos exigidos para habilitação, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

5.1.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a contratada.

5.2 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos



previdenciários, trabalhistas, tributários, frete, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.3 A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto nos seus termos, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, adequação na execução.

5.4 A validade da proposta será de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de sua apresentação, independentemente de declaração do proponente.

6 DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

6.1 Encerrada a fase para envio das propostas, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

6.2 Caso a proposta vencedora esteja acima do estimado pela Administração, deverá haver a negociação de condições mais vantajosas.

6.2.1 Neste caso, será encaminhada contraproposta ao proponente que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

6.2.2 A negociação poderá ser feita com os demais participantes classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

6.2.3 Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

6.3 Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.3.1 Contiver vícios insanáveis;

6.3.2 Não obedecer ao disposto neste Edital ou em seus anexos;

6.3.3 Apresentar preços manifestamente inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.3.3.1 Será considerada inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio proponente, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

6.3.3.2 Também será considerada inexequível a proposta que não tenha sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.4 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que proponente comprove a exequibilidade da proposta.



6.5 Erros no preenchimento da proposta não constituem motivo para a sua desclassificação. A proposta poderá ser ajustada pelo interessado, no prazo indicado, desde que não haja majoração do preço.

6.5.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.6 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

6.7 Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

6.8 Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no Diário Oficial a nova data e horário para a sua continuidade.

6.9 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Edital de Dispensa de Contratação Direta.

7 DA DOCUMENTAÇÃO

7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do proponente detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação nesta dispensa de licitação ou a futura contratação, mediante a consulta ao seguinte cadastro:

7.1.1 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

7.1.2 A consulta ao cadastro será realizada em nome da empresa e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.1.2.1 Caso conste na consulta de situação do proponente a existência de ocorrências impeditivas indiretas, a autoridade solicitante diligenciará para verificar se houve fraude.

7.1.2.2 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.1.2.3 O proponente será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

7.1.3 Constatada a existência de sanção, a autoridade competente reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.

7.2 Os interessados deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:



**ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ**

PODER LEGISLATIVO

Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá – Ba



8 DA HABILITAÇÃO

8.1 Conforme ANEXO 02.

9 DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

9.1 A presente dispensa terá como critérios de seleção:

9.1.1 Menor Preço.

9.1.2 Atendimento aos requisitos habilitação, discriminados no Anexo 02.

10 DA CONTRATAÇÃO

10.1 O proponente melhor classificado e habilitado será convocado para assinar o instrumento de contrato, devendo fazê-lo no prazo máximo de até 02 (dois) dias, contados a partir da data da convocação oficial (e-mail e/ou publicação no Diário Oficial e/ou correspondência com aviso de recebimento), sob pena decair o direito à contratação, podendo a Administração Municipal convocar as demais empresas que atenderam à convocação e cumpriram os requisitos do edital.

10.2 O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada e aceita pela Administração.

10.3 O prazo de vigência da contratação é até o dia 31 de dezembro de 2024, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/21, desde que respeitado o limite previsto no art. 75, II, da Lei nº 14.133/21.

10.4 Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

11 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 O valor estimativo se encontra no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

11.2 As despesas objeto desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

1001 – Ampliação, Reforma e Modernização da Câmara

Elemento de despesa;

4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte: 1500. 000 – Recursos Ordinários

12. DO PAGAMENTO

12.1 Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, devendo ser apresentados os seguintes documentos:

12.2 Nota fiscal eletrônica original da contratada devidamente atestada por



servidor designado pelo contratante;

12.3 Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, FGTS e CNDT.

12.4 Atesto do Setor Competente.

13 DAS SANÇÕES

13.1 A aplicação de sanções seguirá o previsto no item 14 do Termo de Referência.

14 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

14.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Agente de Contratação, caso não haja interposição de recurso, após a regular decisão dos recursos apresentados.

14.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

15 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 A participação na presente dispensa de licitação implica a concordância, por parte dos proponentes, com todos os termos e condições deste Edital e seus anexos.

15.2 É facultado ao responsável pela instrução deste processo:

15.2.1 Promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, em qualquer fase da dispensa de licitação;

15.2.2 Releva erros formais ou simples omissões em quaisquer documentos, para fins de habilitação e classificação dos proponentes, desde que sejam irrelevantes, não firam o entendimento da proposta e o ato não acarrete violação aos princípios básicos desta dispensa de licitação;

15.2.3 Convocar os proponentes para quaisquer esclarecimentos porventura necessários ao entendimento de suas propostas;

15.2.4 A publicidade dos Atos referente a esta Dispensa se dará através de publicação no Diário Oficial da Câmara Municipal.

15.2.5 No caso de todos os interessados na execução do objeto restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

15.2.6 Republicar o presente Edital com uma nova data;

15.2.7 Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

15.2.8 No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

15.2.9 As providências dos subitens 15.2.5 e 15.2.6 também poderão ser utilizadas se



não houver o comparecimento de quaisquer interessados (procedimento deserto).

15.2.10 Havendo necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos interessados, cujo prazo não conste deste Edital de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pela Administração na respectiva notificação.

15.2.11 Caberá ao proponente acompanhar as publicações na página do Diário Oficial da Câmara, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

15.2.12 Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo na documentação relativa ao procedimento.

15.2.13 No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

15.2.14 As normas disciplinadoras deste Edital de Contratação Direta serão sempre interpretadas dem favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.2.15 Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

15.2.16 Para dirimir as questões oriundas desta dispensa de licitação será competente o Foro da Comarca de Ituaçu - Bahia.

15.2.17 Integram este Edital de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

15.2.18 **ANEXO 01 - TERMO DE REFERÊNCIA;**

15.2.19 **ANEXO 02 - EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO;**

15.2.20 **ANEXO 03 - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;**

15.2.21 **ANEXO 04 - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;**

15.2.22 **ANEXO 05 - DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE;**

15.2.23 **ANEXO 06 - DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS;**

15.2.24 **ANEXO 07 - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR;**

15.2.25 **ANEXO 08 - DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP;**

15.2.26 **ANEXO 09 - DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE;**

15.2.27 **ANEXO 10 - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU**



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá –
Ba



MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL;

15.2.28 **ANEXO 11** - DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE
PROPOSTA;

15.2.29 **ANEXO 12** - MINUTA DE CONTRATO.

Contendas do Sincorá – Baha, 08 de novembro de 2024.

Claudio Silva Ferreira

Agente de Contratação



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de empresa do ramo, para a futura aquisição de móveis de escritório, que serão destinados à nova Sede da Câmara Municipal de Contendas do Sincorá.

2. JUSTIFICATIVA

A contratação em apreço se faz necessária para a estruturação da nova Sede da Câmara Municipal de Contendas do Sincorá, que se encontra em fase de finalização e necessita de móveis diversos para adequação do espaço às necessidades dos servidores, vereadores e demais usuários do Poder Legislativo Municipal.

Vale ressaltar, ainda, que o órgão se utilizará de todo o mobiliário já existente e que se encontram em boas condições de uso, passando a adquirir apenas o que é necessário para o novo espaço, que se trata de um local mais amplo e estrutura mais adequada para atender às suas necessidades.

A contratação de empresa do ramo de móveis para o fornecimento dos mesmos é de suma importância para atender à atual demanda.

3. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	QTDE	UND	ESPECIFICAÇÃO
01	09	UND	LONGARINAS COM 05 LUGARES - Assento e encosto anatômicos, sem lâmina de união. Confeccionado em madeira compensada. Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético ou Tecido Poliéster. Assento, confeccionada na horizontal em tubo duplo retangular 30 x 50, laterais em tubo oblongo 16 x 30. Braços intercalados confeccionados em tubo oblongo 16 x 30. Pés retangulares em tubo 30 x 50. Toda estrutura metálica sendo em aço carbono com acabamento em pintura epóxi na cor preto. Peças metálicas que se fazem necessárias pelo processo de soldagem mig. REVESTIMENTO DO ASSENTO/ENCOSTO EM SINTÉTICO CURVIN MARROM POLIÉSTER ESTRUTURA COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI PRETA
02	01	UND	LONGARINAS COM 03 LUGARES - Assento e encosto anatômicos, sem lâmina de união. Confeccionado em madeira compensada. Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético ou Tecido Poliéster. Assento, confeccionada na horizontal em tubo duplo retangular 30 x 50, laterais em tubo oblongo 16 x 30. Braços intercalados



			confeccionados em tubo oblongo 16 x 30. Pés retangulares em tubo 30 x 50. Toda estrutura metálica sendo em aço carbono com acabamento em pintura epóxi na cor preto. Peças metálicas que se fazem necessárias pelo processo de soldagem mig. REVESTIMENTO DO ASSENTO/ENCOSTO EM SINTÉTICO CURVIN MARROM POLIÉSTER ESTRUTURA COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI PRETA
03	14	UND	CADEIRAS BASE EM S FIXA , COM ESTOFADO NO ENCOSTO E ASSENTO EM CURVIN MARROM. Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético CURVIN MARROM.
04	01	UND	CADEIRA PRESIDENTE COM REGULAGEM DE ALTURA E ASSENTO ENCOSTO MARROM, Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético CURVIN MARROM.
05	01	UND	MESA DE REUNIÃO MEDINDO 2,40X1,20 NA COR NOGAL, EM MDP COM EXPESSURA DE 25MM COM PÉS CRUZADO, COM PORTA TOMADA E ACABAMENTO LAMINADO.RETANGULAR

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

A execução do objeto dar-se-á de forma direta, conforme requisitos mínimos acima delineados.

5. ENQUADRAMENTO:

Esta solicitação está fundamentada no inc. II, do art. 75 da Lei 14.133/21.

6. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:

A Constituição Federal acolheu a presunção de que a realização de prévia licitação produz a melhor contratação, porquanto assegura a maior vantagem possível à Administração Pública, com observância dos princípios, como isonomia e impessoalidade. Todavia, o art. 37, XXI, da CF, limita essa presunção, permitindo a contratação direta sem a realização de certame nas hipóteses ressalvadas na legislação. Desse modo, a contratação direta não representa desobediência aos princípios constitucionais.

Na ocorrência de licitações impossíveis e/ou inviáveis, a nova lei de licitações e contratos previu exceções à regra, as Dispensas de Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. Trata-se aqui de certame realizado sob a obediência ao estabelecido no art. 75, inciso II da Lei n. 14.133/21, onde se verifica ocasião em que é cabível a dispensa de licitação:

"Art. 75 É dispensável a licitação:



II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;
Valor atualizado 2024: DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 – R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos).

7. VALOR ESTIMADO

O valor global previsto para a aquisição do objeto da dispensa é da ordem de R\$ 30.318,56 (Trinta mil trezentos e dezoito reais e cinquenta e seis centavos), nos quais todos os custos deverão estar inclusos para o seu cumprimento.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1 As despesas objeto desta contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

01.01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

1001 – Ampliação, Reforma e Modernização da Câmara

Elemento de despesa

4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte: 1500. 000 – Recursos Ordinários

Em termo aditivo ou apostilamento, indicar-se-ão os créditos orçamentários que cobrirão a despesa contratual prevista para o respectivo exercício.

9. DA PROPOSTA

I - A proposta deve discriminar o material cotado, com os elementos necessários para a aferição da avaliação dos mesmos;

II - Conter o nome da proponente, endereço, números do CNPJ e da Inscrição Estadual ou do Distrito Federal;

III - Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data da apresentação;

IV - A proposta da empresa deve estar em papel timbrado, datada, assinada, com a especificação em conformidade com o solicitado;

V. Para o presente objeto não se aplica:

- A possibilidade de preços diferentes acima do valor referencial estimado para a presente contratação.



- A possibilidade de o licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto no edital, obrigando-se aos limites.

10. DA FORMA DE PAGAMENTO

10.1. A Contratante providenciará Nota de Empenho para cobrir as despesas com o objeto deste Termo;

10.2. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias corridos, devendo ser juntados os seguintes documentos:

10.3. Nota fiscal eletrônica original da contratada devidamente atestada por servidor designado pelo contratante;

10.5. Certidões de regularidade com os tributos federais, estaduais e municipais pertinentes, FGTS e CNDT;

10.6. Atesto do Setor Competente.

11. MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. Execução Direta, com o prazo de execução até o dia 31 de dezembro de 2024, sendo o prazo de entrega de 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da solicitação do material.

12. DO RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO

12.1 O contratante indicará servidor para acompanhar a execução do contrato, o qual será responsável pelo ateste.

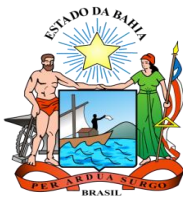
12.2 Caso o objeto não seja executado de acordo com os termos da proposta apresentada, bem como não atenda ao contido no contrato, será o mesmo rejeitado, caso em que terá a contratada o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento do comunicado expedido pelo contratante, para sanar os problemas detectados.

12.3. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

12.4. A Fiscalização do Contrato ficará sob a responsabilidade da servidora nomeada através da **Portaria nº 018/2023**, ou seja, a Sra Millena dos Sanros de Oliveira, que terá as seguintes atribuições:

12.4.1. A fiscalização dos serviços pela Contratante não exclui nem diminui a completa responsabilidade da contratada por qualquer inobservância ou omissão à legislação vigente e às cláusulas contratuais.

12.4.2. Anotar em expediente próprio as irregularidades encontradas, as providências que determinou os incidentes verificados e o resultado dessas medidas;



- 12.4.3. Assistir o(a) CONTRATADO(A) na escolha dos métodos executivos mais adequados;
- 12.4.4. Conhecer detalhadamente o Contrato e as cláusulas nele estabelecidas;
- 12.4.5. Controlar a qualidade e quantidade dos materiais utilizados e dos serviços executados, rejeitando aqueles julgados não satisfatórios;
- 12.4.6. Determinar a paralisação da execução do Contrato quando, objetivamente, constatada uma irregularidade que precisa ser sanada, agindo com firmeza e prontidão;
- 12.4.7. Dirimir as eventuais omissões e discrepâncias das especificações;
- 20.4.8 Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados pelo contratado;
- 12.4.9 Estabelecer diretrizes, dar e receber informações sobre a execução do Contrato;
- 12.4.10 Exigir do(a) CONTRATADO(A) a modificação de técnicas inadequadas, para melhor qualidade na execução do objeto licitado;
- 12.4.11 Exigir fiel cumprimento do Contrato e seus ADITIVOS pelo(a) CONTRATADO(A);
- 12.4.12 Exigir pontualidade no cumprimento dos horários de funcionamento fixados.
- 12.4.13 Indicar ao gestor que efetue glosas de medição por serviço mal executados ou não executados e sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento das obrigações;
- 12.4.14 Levar ao conhecimento dos seus superiores aquilo que ultrapassar às suas possibilidades de correção;
- 12.4.15 Relatar as ocorrências que exijam comunicação às autoridades competentes.
- 12.4.16 Rever, quando necessário as especificações técnicas, adaptando-as às condições específicas;
- 12.4.17 Solicitar o assessoramento técnico, caso necessário;
- 12.4.18 Verificar a adequabilidade dos recursos empregados pelo CONTRATANTE, exigindo a melhoria dos serviços dentro dos prazos previstos;
- 12.4.19 Zelar pela fiel execução do objeto e pleno atendimento às especificações explícitas ou implícitas;

13. AS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- 13.1. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa



responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante;

13.2. Comunicar ao contratante qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

13.3. Executar o objeto de forma direta, permitida a sua subcontratação, com anuência da administração.

13.4. Esclarecer todas e quaisquer dúvidas previamente com o contratante antes da execução do objeto;

13.5. Comunicar a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução do objeto, em tempo hábil, de preferência por escrito, viabilizando sua interferência e correção da situação apresentada;

13.6. A executar o objeto contratado, observadas as especificações contidas neste Termo de Referência;

13.7 Atender prontamente quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto do contrato;

13.8 Manter, durante toda a execução do contrato as mesmas condições da habilitação;

13.9 Emitir fatura no valor pactuado e condições do contrato, apresentando-a ao contratante para ateste e pagamento;

13.10 Cumprir rigorosamente os prazos estabelecidos conforme especificado neste Termo, sujeitando-se às penas e multas estabelecidas neste Termo, além das aplicações de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. O contratante obrigar-se-á a providenciar a fiscalização do recebimento do objeto de acordo com o estabelecido no presente TR, bem como efetuar o pagamento acordado.

14.2. Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;

14.3. Designar fiscal de contrato para acompanhar a execução dos serviços.

14.4. Realizar as publicações no Diário Oficial inerentes a contratação deste objeto.

15. DAS PENALIDADES

15.1. O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal garantida o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a



penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no termo de contrato e das demais cominações legais.

15.2. A Contratada ficará, ainda, sujeita às seguintes penalidades, em caso de inexecução total ou parcial do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, garantida a prévia defesa:

15.2.1. advertência, sanção de que trata o inciso I do art. 156, da Lei Federal n.º 14.133/2021, poderá ser aplicada nos seguintes casos:

15.2.1.1. Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

15.2.1.2. Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços da Contratante, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

15.2.2. multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante);

15.2.2.1. De 1% (um por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por dia de atraso na prestação dos serviços ou indisponibilidade do mesmo, limitada a 10% do mesmo valor;

15.2.2.2. De 2% (dois por cento) sobre o valor contratual total do exercício, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada nas demais alíneas deste inciso, aplicada em dobro na reincidência;

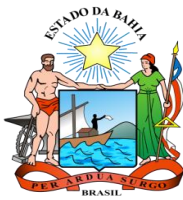
15.2.2.3. De 5% (cinco por cento) do valor contratual total do exercício, pela recusa em corrigir qualquer serviço rejeitado, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 05 (cinco) dias que se seguirem à data da comunicação formal da rejeição;

15.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Contendas do Sincorá, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

15.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.3. No processo de aplicação de penalidades é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, garantida nos prazos de 05 (cinco) dias úteis para as sanções previstas nos incisos 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.3 supra e 10 (dez) dias corridos para a sanção prevista no inciso 15.2.4.

15.4. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal no prazo de 5 (cinco) dias a contar da notificação ou decisão do recurso. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a



Contratada fazer jus.

15.4.1. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

15.5. As sanções previstas nos itens 15.2.3 e 15.2.4 supra, poderão ser aplicadas às empresas que, em razão do contrato objeto desta licitação:

- a) praticarem atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;
- b) demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração Pública, em virtude de atos ilícitos praticados;
- c) sofrerem condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos.

15.6. As sanções previstas nos itens 15.2.1, 15.2.2 e 15.2.4 supra, poderão ser aplicadas juntamente com a do item 15.2.3, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

15.7. A licitante adjudicatária que se recusar, injustificadamente, em firmar o Contrato dentro do prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação que lhe será encaminhada, estará sujeita à multa de 5% (cinco por cento) do valor total adjudicado, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis, por caracterizar descumprimento total da obrigação assumida.

15.8. As sanções previstas no item 15.2.1 supra não se aplicam às demais licitantes que, apesar de não vencedoras, venham a ser convocadas para celebrarem o Termo de Contrato, de acordo com o edital, e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comunicarem seu desinteresse.

15.9. A CONTRATADA se sujeita às seguintes penalidades:

15.9.1. Advertência, por escrito, sempre que ocorrerem pequenas irregularidades, para que haja concorrido.

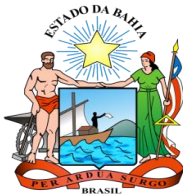
15.9.2. Multas sobre o valor total atualizado do contrato:

15.9.2.1. 0,20% (vinte décimos por cento) do valor do contrato, por dia de atraso no prazo contratual, até o trigésimo dia, ou nos prazos parciais das Ordens de Serviços, limitadas a 20% do valor da fatura;

15.9.2.2. 0,40% (quarenta décimos por cento) do valor deste contrato, por dia de atraso superior a 30 (trinta) dias, limitadas a 20% do valor da fatura.

15.9.2.3. Multa de até 30% (trinta por cento) em caso de descumprimento das normas do edital e o do contrato.

15.9.3. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30%



do valor atualizado do contrato, sem prejuízos da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual;

15.9.4. Suspensão do direito de contratar com o município de Contendas do Sincorá pelo período máximo de 03 (três) anos nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do art. 155, da Lei Federal 14.133/2021.

15.9.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item anterior.

15.9.6. O valor de cada multa será atualizado monetariamente, caso haja fator de reajustamento de preços vigente no mês em que cessar o motivo que lhe deu origem.

15.9.7. As multas previstas nos itens 15.9.2 poderão, a critério da Administração, serem aplicadas isoladas ou conjuntamente com outras sanções, a depender do grau da infração cometida pelo adjudicatário.

15.9.8. Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis ou serem deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Administração.

15.9.9. Os danos e prejuízos serão ressarcidos à contratante no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado da notificação administrativa à contratada, sob pena de multa.

15.9.10. Esgotados todos os prazos de execução do objeto do contrato que tiverem sido concedidos pela autoridade contratante, a contratada ficará automaticamente impedida de participar de novas licitações enquanto não ressarcir os danos causados à Administração Pública Municipal ou cumprir a obrigação antes assumida, sem prejuízo de outras penalidades.

15.9.11. A penalidade de declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será de competência da Câmara Municipal, as demais penalidades serão de competência do Diretor Administrativo da Câmara Municipal.

16. DOS PRAZOS

16.1 O prazo de vigência da contratação será da data da assinatura do contrato até o dia 31.12.2024, podendo ser prorrogado, nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21, desde que respeitado o limite previsto no art. 75, II da Lei 14.133/21.

17. DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS:



17.1. Os preços propostos não serão passíveis de reajustamento pelo período de 12 (doze) meses na forma da Lei Federal nº 10.192 de 14.02.2001. Após este período, os mesmos poderão ser reajustados na mesma periodicidade e com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA.

17.2. Havendo comprovado desequilíbrio contratual, caberá revisão de preços pactuados, para mais ou para menos, nos termos fixados na Lei nº 14.133/2021.

17.3. No caso de desequilíbrio contratual, cabe à parte que alega demonstrar concreta e objetivamente o quantum do impacto negativo na economia contratual.

18. DA EXECUÇÃO, DA INEXECUÇÃO, DA RESCISÃO DO CONTRATO E DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

18.1. O Contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas contratuais e as normas dispostas na Lei Federal Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, bem como legislação pertinente, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução, total ou parcial.

18.2. A rescisão do contrato se dará nos termos dos artigos 137 e 138 da Lei Federal Nº 14.133/2021.

18.2.1. No caso de rescisão provocada por inadimplemento do contratado, o contratante poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

18.2. Quando a rescisão ocorrer nas hipóteses dos artigos 137 da Lei Federal Nº 14.133/2021, sem que haja culpa do CONTRATADO, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados.

18.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, o CONTRATADO terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CONTRATANTE adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

18.4. O Contrato extinguir-se-á pela implementação do seu termo final, com o integral cumprimento das obrigações nele estipuladas, e, poderá ser rescindido, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigações pactuadas, e especialmente pela ocorrência das hipóteses previstas nos 137 e 138 da Lei Federal Nº 14.133/2021, cujos dispositivos a Contratada declara conhecer, submetendo-se irrestritamente, a todas as determinações estabelecidas.

18.5. O contrato originário deste processo, poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124 Lei Federal 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá –
Ba



18.6. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, acréscimos ou supressões na execução do objeto da presente licitação, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, conforme art. 125 Lei Federal 14.133/2021.

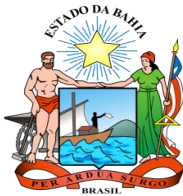
19. DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. A CONTRATADA é obrigada a fornecer o objeto deste Contrato, de acordo com as normas técnicas reguladoras, em estreita observância às legislações federal, estadual e municipal, bem como, a quaisquer ordens ou determinação do Poder Público, procurando – dentro do possível – conduzir os serviços e o pessoal de modo a formar, perante o público, uma boa imagem da CONTRATANTE e da própria CONTRATADA

Contendas do Sincorá – Bahia, 08 de novembro de 2024.

Claudio Silva Ferreira
Agente de Contratação

Palmira Santos Ribeiro
Presidente do Poder Legislativo



ANEXO II

EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO

1. DA HABILITAÇÃO

1.1. A HABILITAÇÃO JURÍDICA será comprovada mediante a apresentação de:

1.1.1. Registro Comercial, no caso de empresa individual;

1.1.2. Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.1.3. Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício;

1.1.4. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País; ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir; e

1.1.5. Documento de Identificação Civil (RG/CPF, CNH, ou outro documento de identificação válido com foto) do Empresário/Sócios;

1.1.6. Alvará de Localização e Funcionamento emitido pelo ente federativo onde se estabeleça o domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

1.1.7. Em caso de alteração parcial dos documentos acima identificados, esta deverá ser apresentada juntamente com o ato constitutivo, estatuto ou contrato social;

1.1.8. Em caso de alteração consolidada será suficiente sua apresentação, desde que registrada e contendo todas as cláusulas legalmente exigidas;

1.1.9. Em caso de alteração parcial registrada após alteração consolidada, ambas deverão ser apresentadas pelo licitante.

1.2 A REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA será comprovada mediante apresentação de:

1.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ).

1.2.2. Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e/ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.2.3. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal, relativo à sede da licitante,



mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

1.2.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa;

1.2.5. Prova de regularidade perante a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e Dívida Ativa da União ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa na forma da Lei, que abrange inclusive as contribuições sociais previstas na lei nº 8.212/91;

1.2.6. Prova de regularidade do Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS/CRF;

1.2.7. Prova de Regularidade Trabalhista será comprovada mediante a apresentação de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, através de certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de acordo a Lei nº 12.440/11.

1.2.8. o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. Conforme modelo ANEXO 07 - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR.

1.2.9. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o licitante enquadrado como ME/EPP, for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa;

1.2.10. A não regularização da documentação no prazo previsto na alínea anterior implicará na inabilitação da licitante e decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento.

1.2.11. Todas as certidões emitidas pelas empresas, possíveis de verificação quanto as suas autenticidades, serão verificadas e irão acompanhar em anexo os documentos de habilitação da empresa.

1.2.12. A QUALIFICAÇÃO TÉCNICA será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

1.2.13. Apresentação de atestado(s) de capacidade técnica em nome da empresa participante, passado por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando aptidão para o desempenho de atividade compatível e pertinente com o objeto da presente licitação, que deverá conter: a indicação do objeto fornecido e de cumprimento da obrigação de forma e qualidade satisfatórias e nos prazos exigidos.

1.2.14. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.



1.3 A QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA será comprovada através da apresentação dos seguintes documentos:

1.3.1. Balanço patrimonial e demonstração de resultado de exercício dos DOIS últimos exercícios sociais;

1.3.1.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

1.3.1.2. A comprovação exigida no item anterior deverá ser feita da seguinte forma:

1.3.1.2.1. No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do Município da sede da empresa;

1.3.1.2.2. No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial e, no caso de sociedades simples (cooperativas), no cartório competente.

1.3.1.2.3. As empresas obrigadas por Lei a apresentarem ECD – Escrituração Contábil Digital, para satisfação da exigência do item 18.2.3 do Edital em epígrafe, deverão juntar o respectivo comprovante de transmissão ao SPED (Serviço Público de Escrituração Digital) e o conjunto completo de documentos transmitidos à Secretaria da Receita Federal e a Junta Comercial, através de Sistema de Escrituração Digital, a saber:

a) “Recibo de Entrega de Livro Digital”, documento que dispõe de identificação do arquivo (balanço e demonstrações) apresentados a Receita, sendo que o mesmo pode ser confirmado no site da Receita Federal sobre o número de autenticação/identificação;

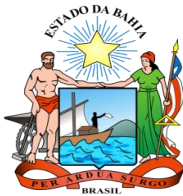
b) Termo de abertura e encerramento do Livro (arquivo digital) apresentado;

c) Balanço Patrimonial; e

d) Requerimento de Autenticação de Livro Digital (documento que confirma a solicitação da empresa junto a Junta Comercial do Estado que o mesmo seja autenticado).

1.3.2 Certidão Negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante, com data de expedição dos últimos 30 (trinta) dias anteriores à data da realização da licitação.

1.3.3 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à



comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação ou revogar a licitação.

1.4 OUTROS DOCUMENTOS

14.1. Os documentos a seguir mencionados, deverão ser apresentados pela licitante juntamente com os demais documentos exigidos neste instrumento, e encaminhados para o Agente de Contratação:

1.4.1.1. Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, conforme modelo do ANEXO 04;

1.4.1.2. Declaração que não foi declarada inidônea para licitar por nenhum órgão federal, estadual ou municipal, conforme modelo do ANEXO 05;

1.4.1.3. Declaração que não há superveniência de fato impeditivo para a habilitação da proponente, sob as penas cabíveis, conforme modelo do ANEXO 06;

1.4.1.4. Declaração de Enquadramento no regime ME/EPP para efeito do disposto na LC 123/2006 conforme modelo do ANEXO 08,

1.4.1.5. Declaração de que não integra seu corpo social, nem em seu quadro funcional, empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da administração municipal, conforme modelo ANEXO 10.

1.4.1.6. Declaração de elaboração independente de proposta, conforme modelo do ANEXO 11.

1.4.1.7. Dados do representante legal (nome, RG, CPF) com poderes específicos para assinar o Contrato de Fornecimento.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá – Ba



ANEXO III
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº:		
OBJETO:		
LICITANTE:		
END. COMERCIAL:		UF:
CEP:	FONE/FAX:	CONTATO:
INSCRIÇÃO ESTADUAL:	CNPJ:	
e-mail:		
VALIDADE DA PROPOSTA:	DADOS BANCÁRIOS:	
DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL PARA ASSINATURA DO CONTRATO		
REPRESENTANTE LEGAL:		
RG:	CPF:	

ITEM	QTDE	UND	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNIT	PREÇO TOTAL
01	09	UND	LONGARINAS COM 05 LUGARES - Assento e encosto anatômicos, sem lâmina de união. Confeccionado em madeira compensada. Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético ou Tecido Poliéster. Assento, confeccionada na horizontal em tubo duplo retangular 30 x 50, laterais em tubo oblongo 16 x 30. Braços intercalados confeccionados em tubo oblongo 16 x 30. Pés retangulares em tubo 30 x 50. Toda estrutura metálica sendo em aço carbono com acabamento em pintura epóxi na cor preto. Peças metálicas que se fazem necessárias pelo processo de soldagem mig. REVESTIMENTO DO ASSENTO/ENCOSTO EM SINTÉTICO CURVIN MARROM POLIÉSTER ESTRUTURA COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI PRETA			
02	01	UND	LONGARINAS COM 03 LUGARES - Assento e encosto anatômicos, sem lâmina de união. Confeccionado em madeira			



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá – Ba



			compensada. Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético ou Tecido Poliéster. Assento, confeccionada na horizontal em tubo duplo retangular 30 x 50, laterais em tubo oblongo 16 x 30. Braços intercalados confeccionados em tubo oblongo 16 x 30. Pés retangulares em tubo 30 x 50. Toda estrutura metálica sendo em aço carbono com acabamento em pintura epóxi na cor preto. Peças metálicas que se fazem necessárias pelo processo de soldagem mig. REVESTIMENTO DO ASSENTO/ENCOSTO EM SINTÉTICO CURVIN MARROM POLIÉSTER ESTRUTURA COM ACABAMENTO EM PINTURA EPÓXI PRETA			
03	14	UND	CADEIRAS BASE EM S FIXA , COM ESTOFADO NO ENCOSTO E ASSENTO EM CURVIN MARROM. Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético CURVIN MARROM.			
04	01	UND	CADEIRA PRESIDENTE COM REGULAGEM DE ALTURA E ASSENTO ENCOSTO MARROM, Multilaminada de 12/14mm, com espuma de poliuretano injetada com densidade de D45 e espessura de 50mm. Revestidos no Sintético CURVIN MARROM.			
05	01	UND	MESA DE REUNÃO MEDINDO 2,40X1,20 NA COR NOGAL, EMMDP COM EXPESSURA DE 25MM COM PÉS CRUZADO, COM PORTA TOMADA E ACABAMENTO LAMINADO.RETANGULAR			
Valor Global						

I - O Prazo e Forma de entrega serão em conformidade com o Edital;

II - A validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias da abertura das propostas;

III – Declaramos que, aceitamos, concordamos e que cumprimos rigorosamente as especificações e as recomendações, descritas neste Edital;

IV - Nos preços propostos estão inclusos e diluídos os custos que envolvem a perfeita execução do contrato, bem como todos os custos relativos à mão de obra, encargos sociais e trabalhistas, as contribuições fiscais, transporte e seguro, bem como as



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá –
Ba



despesas diretas e indiretas e quaisquer outras necessárias a total execução do fornecimento.

V – A empresa deverá prestar garantia do material entregue pelo período mínimo de 01 (ano), a contar da data da entrega.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa proponente e carimbada com o número do CNPJ.



ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA, que atende os cumprimentos dos requisitos de habilitação.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá –
Ba



ANEXO V

DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA, que não fomos declarados inidôneos para licitar ou contratar com o Poder Público, em qualquer de suas esferas. Por ser expressão de verdade, firmamos a presente declaração.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá –
Ba



ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE FATOS IMPEDITIVOS

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, sob as penas da Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no Dispensa de Licitação nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.



ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA, para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, no bojo da Dispensa de Licitação nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA

Outrossim, declara ainda ser conhecedora de que a violação, a qualquer tempo, do dispositivo legal mencionado, implica na rescisão de futuro contrato administrativo a ser celebrado, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. 1) Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.

OBS. 2) Se a empresa licitante possuir menores de 14 anos aprendizes deverá declarar essa condição.



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NO REGIME DE TRIBUTAÇÃO DE ME/EPP

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARA para todos os fins de direito, especificamente para participação de licitação na modalidade de Dispensa nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA, para os efeitos do tratamento diferenciado da Lei Complementar no 123/06, declaramos:

que estamos enquadrados, na data do certame, na condição:

() de MICROEMPRESA [ou] () de EMPRESA DE PEQUENO PORTE

e que não estamos incursos nas vedações a que se reporta o §4º do art. 3º da Lei Complementar no 123/06.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.



ANEXO IX

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO E RESPONSABILIDADE

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], DECLARAMOS para fins de atendimento ao que consta do edital da Dispensa nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA, tomamos conhecimento do Edital e de todas as condições de participação na Licitação e se compromete a cumprir todos os termos do Edital, e a fornecer material de qualidade, sob as penas da Lei.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa.



ANEXO X

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO INTEGRA SEU CORPO SOCIAL, NEM EM SEU QUADRO FUNCIONAL, EMPREGADO PÚBLICO OU MEMBRO COMISSIONADO DE ÓRGÃO DIRETO OU INDIRETO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

A empresa [RAZÃO SOCIAL], com endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ], representada neste ato por [NOME REPRESENTANTE], [NACIONALIDADE], [ESTADO CIVIL], [PROFISSÃO], inscrito no CPF nº [CPF], sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade Dispensa de Licitação nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA, não integra nosso corpo social, nem nosso quadro funcional empregado público ou membro comissionado de órgão direto ou indireto da Administração Municipal.

Por ser verdade, firmamos o presente.

(Local), de de 2024.

EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa



ANEXO XI

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante) doravante denominado Licitante, para fins do disposto no Edital Dispensa nº 002/2024, instaurada pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá/BA, declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

- 1) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente pelo Licitante, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- 2) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- 3) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- 4) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- 5) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- 6) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

(Local), de de 2024.



ESTADO DA BAHIA
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
PODER LEGISLATIVO
Praça Municipal, 98 – Centro – CEP: 46.620-000 – Contendas do Sincorá –
Ba



EMPRESA / CNPJ

(Assinatura, Nome e Número do CPF do Declarante)

OBS. Esta declaração deverá ser emitida em papel timbrado da empresa



ESTADO DA BAHIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

ANEXO XII
MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA
MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ
E _____, NOS TERMOS ABAIXO:

A CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ, ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ/MF nº. 16.423.923/0001-96, situada na Praça Municipal, 98, Centro, CEP: 46.620-000, neste ato representada pela sua Presidente, Sra. Palmira Santos Ribeiro, maior, brasileira, casada, agente política, inscrita no RG: 09.152.954-90 SSP/BA e CPF: 963.938.585-91, doravante denominado **CONTRATANTE** e, do outro lado, _____, inscrito no CNPJ nº, com sede na _____, doravante denominado **CONTRATADO**, conforme disposições da Lei 14.133/2021, e, alterações posteriores resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

CLAUSULA 1ª - Contratação de empresa do ramo, para a futura aquisição de móveis de escritório, que serão destinados à nova Sede da Câmara Municipal de Contendas do Sincorá.

Parágrafo único - Integram o presente Contrato, independentemente de transcrição do **Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2024 e o Processo Administrativo nº 004/2024**, seus Anexos e a Proposta de Preços da CONTRATADA.

DO VALOR, TAXA DE CÂMBIO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

CLAUSULA 2ª - O valor global do presente contrato é de R\$ ____ (____) a ser pago em parcela única, após entrega do objeto.

§ 1º - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da expedição da nota fiscal e seu aceite.

§ 4º - Não se aplica taxa de câmbio.

DO PRAZO

CLAUSULA 3ª - O prazo do presente contrato será **do dia ____ até o dia 31.12.2024**, podendo ser prorrogado observadas as disposições do art. 107 da Lei 14.133/2021.

DO REGIME DE EXECUÇÃO



ESTADO DA BAHIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

CLÁUSULA 4ª - A CONTRATADA executará o objeto contratado de forma direta, conforme especificações do edital.

Parágrafo único – Fica vedado a subcontratação ou a transferência do objeto contratado à outra empresa.

ORIGEM DOS RECURSOS

CLÁUSULA 5ª - As despesas para o pagamento deste contrato correrão por conta dos recursos das Dotações Orçamentárias a seguir especificadas:

01.01.01 – CAMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

1001 – Ampliação, Reforma e Modernização da Câmara

Elemento de despesa;

4490.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente

Fonte: 1500. 000 – Recursos Ordinários

DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA 6ª – A presente contratação está sendo formalizada de forma direta, com base no Art. 75, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA LEGISLAÇÃO APLICADA

CLÁUSULA 7ª – Este contrato é regido pela Lei Federal nº. 14.133/2021, que servirá de base para dirimir as dúvidas em casos omissos.

DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 8ª – Com base no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, fica designado como representante da CONTRATANTE a servidora indicado através da **Portaria nº 018/2023**, para realizar o acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos celebrados com os fornecedores e prestadores de serviços contratados pela Câmara Municipal de Contendas do Sincorá-BA.

DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES CONTRATANTES

DA CONTRATADA:

CLÁUSULA 9ª - O Pessoal designado pela CONTRATADA para trabalhar na execução do contrato, não terá vínculo empregatício algum com a Câmara Municipal de Contendas do Sincorá-BA.

CLÁUSULA 10 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal e/ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo



ESTADO DA BAHIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

na execução do contrato, seja por atos seus, de seus prepostos, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 11 - Correrão por conta da CONTRATADA, quaisquer tributos, taxas ou preços públicos porventura devidos, em decorrência da execução do contrato.

CLÁUSULA 12 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA 13 - A CONTRATADA assume inteira responsabilidade pela execução do objeto do contrato, inclusive com relação à entrega dos itens na sede do Município de Contendas do Sincorá, em endereço que deverá constar no pedido.

CLÁUSULA 14 - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por eles assumidas todas as condições de habilitação e qualificação exigida na Licitação.

CLÁUSULA 15 - Comunicar ao gestor da Câmara Municipal os eventuais casos fortuitos e de força maior, dentro do prazo de 2 (dois) dias úteis após a verificação do fato e apresentar os documentos para a respectiva aprovação, em até 5 (cinco) dias consecutivos, a partir da data de sua ocorrência, sob pena de não serem considerados.

CLÁUSULA 16 - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados, em até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação da CONTRATANTE.

CLÁUSULA 17 - Designar um funcionário para acompanhamento do objeto contratado e atendimento personalizado das reclamações feitas pela CONTRATANTE.

CLÁUSULA 18 - A CONTRATADA deverá fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas, equipamentos e instrumentos necessários à execução do objeto.

DA CONTRATANTE:

CLÁUSULA 19 - Pagar conforme estabelecido na Cláusula 2ª, as obrigações financeiras decorrentes do presente Contrato, na integralidade dos seus termos;

CLÁUSULA 20 – Fornecer toda a documentação e informações à execução do objeto contratado.

CLÁUSULA 21 - Poderá a fiscalização ordenar a suspensão total ou parcial dos serviços, caso não sejam atendidas, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, as reclamações que fizer, sem prejuízo de outras sanções que possam se aplicar a CONTRATADA.



ESTADO DA BAHIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

DAS PENALIDADES CABÍVEIS

CLÁUSULA 22 - O atraso na execução do objeto deste contrato, por prazo superior a 72 (setenta e duas) horas, sujeitará a CONTRATADA a multa de mora, de 10% (dez por cento), sobre o valor do contrato sem prejuízo de outras medidas que porventura poderão ser tomadas.

§ 1º - A multa a que alude esta cláusula não impede que a contratante aplique as outras sanções previstas no Edital.

§ 2º - A inexecução total ou parcial do contrato poderá acarretar aplicação das seguintes penalidades:

| - Pela inexecução total e/ou parcial:

a) Advertência;

b) Multa de 20 (vinte por cento) calculada sobre o valor do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, com prazo não superior a 02 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria penalidade que aplicou a penalidade, e será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorridos o prazo da sanção com base na letra anterior.

CLÁUSULA 23 - As penalidades previstas na cláusula anterior são autônomas e suas aplicações cumulativas serão regidas pelo artigo nº 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021.

CLÁUSULA 24 - Os Valores das multas aplicadas serão devidamente atualizadas financeiramente utilizando-se o índice legal, conforme legislação pertinente, até a data do recolhimento aos cofres da Prefeitura Municipal, dentro de 03 (três) dias úteis da data de sua comunicação, mediante guia de recolhimento oficial.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA 25 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, observadas, para tanto, às disposições do Capítulo VII, do Título III, da Lei nº 14.133/2021.

§ 1º - A critério do CONTRATANTE, caberá rescisão deste Contrato independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, quando o CONTRATADO não cumprir quaisquer de suas obrigações contratuais ou transferir a contrato a terceiros, no todo ou em parte.

§ 2º - A rescisão contratual, assegurado o contraditório e a ampla defesa, poderá



ESTADO DA BAHIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

ocorrer nos seguintes casos:

I - Unilateralmente, por ato escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados no inciso I do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

II - Amigavelmente por acordo entre as partes, mediante autorização fundamentada da autoridade competente, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE previstos no inciso II do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021.

III - Judicialmente, nos termos da legislação em vigor.

§ 3º - Serão observadas, ainda, as previsões dos arts.137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

CLÁUSULA 26 - O presente contrato poderá ser alterado nas hipóteses e condições previstas nos arts.124 a 136 da Lei Federal nº 14.133/2021.

DA COBRANÇA JUDICIAL

CLÁUSULA 27 - As importâncias devidas pela CONTRATADA serão cobradas através de processo de execução, constituindo este Contrato título executivo extrajudicial, ressalvada a cobrança direta, mediante retenção ou compensação de créditos, sempre que possível.

DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITACAO E QUALIFICAÇÃO

CLÁUSULA 28 - O CONTRATADO deverá manter durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações per ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na assinatura do presente instrumento contratual.

DO FORO

CLÁUSULA 29 - As partes elegem o Foro da Comarca de Ituaçu - BA, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente contrato em duas vias todas de igual forma e teor, contratante e contratada, na presença de duas testemunhas a tudo presente.

Contendas do Sincorá - BA, ____ de ____ de ____.



ESTADO DA BAHIA
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE CONTENDAS DO SINCORÁ

PALMIRA SANTOS RIBEIRO
Presidente do Poder Legislativo
CONTRATANTE

CNPJ nº _____
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF / RG: _____

Nome: _____

CPF / RG: _____